

A construção da industrialização no Brasil: políticas econômicas, mudança social e a crise do liberalismo na Primeira República

Vera Alves Cepêda*

Resumo

A década de 1930 é apresentada pela literatura que estuda o desenvolvimento econômico brasileiro como o momento de uma drástica ruptura entre o modelo mercantil-exportador e o intervencionismo de base industrial. A contradição é apresentada com base no argumento do liberalismo econômico (pela adesão ao princípio ricardiano das vantagens comparativas na atividade mercantil-exportadora) *versus* o protecionismo e a intervenção estatal no caso da industrialização. Partindo deste cenário o objetivo deste artigo é analisar um importante e fundamental aspecto desse processo: o peso da subversão argumentativa operada pelo segmento industrial ao ressignificar as políticas de proteção ao café em seu próprio proveito. Utilizando os argumentos e o raciocínio construídos pelo setor cafeeiro de que “proteger o café era proteger o país” – portanto transformando a questão econômica em questão política e problema nacional – bastou aos interesses industriais modificar as variáveis do problema para transformar, por sua vez, o projeto industrial em questão nacional e acionar o Estado em sua defesa. Configuram-se nesse momento as bases da ideologia nacional desenvolvimentista, ancoradas na conversão do problema econômico em problema nacional, na tese do atraso/subdesenvolvimento, na concepção do planejamento e na racionalização da economia como necessárias e no correlato afastamento da teoria liberal.

Palavras-chave: industrialização; desenvolvimento econômico; nacional-desenvolvimentismo.

* Vera Cepêda é doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar na graduação e no programa de pós-graduação em Ciência Política. Suas principais áreas de interesse são: pensamento político e social brasileiro, nacional-desenvolvimentismo e as metamorfoses do processo de modernização ocorrido no Brasil durante o século XX com ênfase no binômio desenvolvimento-democracia. E-mail: cepeda_vera@yahoo.com.br

Abstract

The Construction of Industrialization in Brazil: Economic, Social Change and the Crisis of Liberalism in the First Republic

The 1930 decade is presented in the literature that studies the Brazilian economic development as the moment of a dramatic rupture between the trading-exporting model and the interventionism of the industrial base. The contradiction is displayed on the grounds of economic liberalism (by adherence to the principle of Ricardian comparative advantage in trading-exporting activity) versus protectionism and state intervention in the case of industrialization. From this scenario, the objective is to analyze an important and fundamental aspect of this process: the weight of subversion argumentative operated by the industrial sector to reframe the protection of coffee policies on his own behalf. Using the arguments and reasoning built by the coffee sector that “to protect the coffee was to protect the country” - thus transforming the economic issue and political issue into national problem - was enough to industrial interests to modify the variables of the problem to transform, in turn, the industrial project in national question and operate the state in its defense. It is configured at this time the foundations of national development ideology, anchored in the conversion of national economic problem at issue, in view of the delay / underdevelopment in the design of the planning and rationalization of the economy as a necessary correlative and expulsion of liberal theory.

Keywords: industrialization; economic development; national development.

Em *Existe um Pensamento Político Brasileiro*, Raimundo Faoro propõe duas questões inquietantes abrigadas no próprio título da obra: existe um pensamento político *per se*, e haveria um pensamento que se pudesse chamar especificamente de brasileiro? A primeira questão é complexa e ainda irresoluta na tarefa de se definir um campo ontológico próprio, específico para o pensamento *sobre e da* política que não tenha sido resolvido cognitivamente pelo estudo das instituições, exame dos interesses e atores ou resultado das escolhas feitas pelas sociedades em determinados momentos históricos. Outro desdobramento inquietante: no devir político as ideias teriam um lugar ou função diferente de uma representação *ex post*, um lugar próprio que não servisse apenas de correia de transmissão ou re-apresentação da realidade e, portanto, de uma dimensão política realizada em outro *locus*?

A segunda questão é tão espinhosa como a precedente: haveria na experiência histórica brasileira um conjunto de temas, lógicas, arranjos e constructos (intelectuais e institucionais) que nos autorizasse um estudo sobre *formas* do pensamento nacional distinto em qualidade das de outras expressões ocidentais modernas?

Na esteira deste debate Brandão, em *Linhagens do pensamento político e social brasileiro* (2007), recoloca o problema com outras indagações tão ou mais complexas que as originalmente propostas por Faoro. Na análise do caso brasileiro, Brandão propõe como método compreender nosso pensamento político partindo do esforço de detecção de uma agenda de temas, problemas, lógicas operativas e arranjos ou pactuações com duração e permanência. Uma forma de *historicismo* aparece nesta episteme, que não procura uma linearidade unicausal, intencional ou conscientemente produzida e controlada pelos atores, mas os nexos que perfariam um leito das transformações, como um fluxo não teleológico em seu movimento para frente, mas cognoscível em seu resultado no olhar retrospectivo. A estrutura do leito (estruturado e estruturante) é recombinaada a cada passo, com ressignificações, mudanças semânticas, novas alianças e rupturas, mas que, dada a existência de entrelaçamentos de diálogos, questões nunca resolvidas e novamente propostas, repertórios e gramáticas sociais numa História que se constrói entre o passado e o presente, recusa a aleatoriedade e a contingência. Mesmo a mudança profunda, abarcando valores axiológicos, é ainda um processo e como tal dotado de sentido e significado, portanto compreensível.

Importante contribuição de Brandão é ter estabelecido uma espécie de tipologia de temas-chave que configuraram o campo do debate político brasileiro em seu movimento de construção do Estado nacional. A primeira classificação de Brandão toma de empréstimo as duas *linhagens* propostas por Oliveira Vianna do *idealismo constitucional* e *idealismo orgânico*, trabalhando com duas categorias antípodas do arranjo social moderno – sociedade e Estado – e sua configuração no pensamento político brasileiro da virada do século XX. Soma-se, principalmente na última formulação de suas matrizes das linhagens brasileiras (texto de 2010), o marxismo de matriz comunista (formulação capaz de abrigar as mudanças sociais na etapa do nacional-desenvolvimentismo e das disputas políticas já de modernização conclusa).

Se tomarmos, por exemplo, a obra de Brandão, um elemento curioso destaca-se: as tipologias oscilam entre os extremos do “amor à sociedade” (como modelo da forma liberal) e o “amor ao Estado” (modelo da forma orgânica)¹, mediados por uma concepção síntese e totalizante que seria o historicismo marxista, que apareceria adiante nesse cenário.

O recurso aos dois autores aqui citados até agora possibilita o cenário inicial deste trabalho. Propor a existência de um pensamento político brasileiro pode significar aceitar como original o arranjo singular de conceitos mundiais que aqui ganham nova conotação ou detectar um percurso próprio e genuíno, com a criação de formulações autóctones. Nas duas possibilidades analíticas ainda repousa o problema de explicarmos as bases da singularidade do arranjo ou da inovação.

O ponto de partida deste trabalho é que durante a fase aguda de construção do Estado nacional (fase republicana), a afirmação da situação periférica do Brasil, em especial na questão econômica, serviu como elemento de combustão para duas questões caras ao pensamento brasileiro: as vicissitudes do nosso liberalismo e a emergência de uma poderosa formulação *sui generis*, a teoria do subdesenvolvimento. Obviamente, o problema do subdesenvolvimento e a tese que o explica não são adstritos apenas ao caso brasileiro, sendo parte do processo de modernização e incorporação de uma vasta periferia ao mercado capitalista. Mas examinamos aqui o efeito que a ideia de atraso produziu no tratamento dado aos temas ligados à questão nacional, a concepção de Moderno (e as forças sociais que o representavam), o balanço na equação entre sociedade e Estado, e os projetos ideológicos inclinados às fórmulas “orgânicas” ou “constitucionais”².

O objetivo deste trabalho é avaliar a teoria do subdesenvolvimento como um problema próprio e específico da modulação política da modernização brasileira, capaz de produzir projetos ideológicos, mas, também, um estilo de pensamento muito distinto do produzido em outros países. Embora aplicável a outras realidades, o conceito de atraso se enraíza no campo histórico próprio e reconfigura os cânones centrais da modernidade liberal clássica (tanto econômica quanto politicamente) impactando no campo de força das linhagens do pensamento político e alterando o significado dos termos *conservadorismo e progresso*.

Este trabalho parte, portanto, da afirmação da tese do subdesenvolvimento como uma das nossas singularidades político-intelectuais e de que esta tese é capaz de mudar o desenho das duas linhagens anteriormente básicas – o liberalismo e o organicismo. Esta discussão perfaz a dimensão de fundo deste artigo. Para operá-la, a estratégia analítica será tentar compreender de que maneira e por que vias históricas esta nova configuração na constelação de sentido foi produzida tendo como epicentro a década de 1930, quando ocorreu no Brasil uma mudança ideológica profunda e muito significativa: o afastamento dos valores liberais que sustentavam a vocação agrária e a crescente inclinação ao modelo intervencionista do planejamento e defesa da industrialização. A mudança não pode ser resumida a uma troca de setores no comando da economia, mas na substituição do modelo econômico nacional, na alteração do foco teórico e de perspectiva intelectual sobre a organização política e social. Em substituição à crise da hegemonia política liberal

da Primeira República e da teoria das vantagens comparativas (suporte da economia primário-exportadora) surge a centralização e protagonismo do Estado e a aceitação da explicação econômica do subcapitalismo como o eixo que organiza e dá sentido à modernização em curso.

Modelo primário exportador, paradigma liberal e a defesa da vocação agrária

O debate sobre o modelo mercantil-exportador e o projeto de industrialização ocorre no Brasil entre o último quartel do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. Este período inicia com o consenso da defesa dos interesses agrário-exportadores, definindo a agricultura como condição natural do nosso processo econômico em oposição à condição artificial das atividades industriais (Luz, 1960; Carone, 1977; Leme, 1978). A justificativa ideológica para a valorização da vocação das atividades primárias apoiava-se nas concepções da teoria econômica clássica, especialmente nas assertivas ricardianas da divisão internacional do comércio, da tese das vantagens comparativas e na crença de uma distribuição dos frutos do progresso técnico por meio da cadeia do comércio internacional.

No entanto, a cadeia de sustentação deste raciocínio é longa e complexa, levando de uma visão da esfera da produção a um efeito social e político. A tese das vantagens comparativas ampara-se na aceitação da “mão invisível do mercado” como único e natural caminho para se alcançar a riqueza das nações. O argumento nasce *economicamente*, partindo da teoria do valor com base na divisão do trabalho, capaz de aumentar a produtividade pela redução do uso do tempo, permitir o surgimento e desenvolvimento da tecnologia, consequentemente gerando redução dos custos e dos preços finais dos produtos. Ainda economicamente falando, o efeito propulsor originado pela divisão do trabalho e pelo ato primordial da “oferta” amplia todo o sistema produtivo pela crescente ocupação dos fatores de produção (terra, capital, trabalho, tecnologia) culminando na melhor de todas as virtudes: a expansão do próprio mercado, que permite ao sistema produtivo um salto para adiante pelo aumento da demanda (estímulo a um novo salto de produção, assim infinitamente). *Socialmente* falando, as consequências finais dessa expansão do complexo produtivo são o aumento da oferta e qualidade de bens a baixo custo, o aumento do emprego e do uso dos capitais geradores de mais emprego e avanços tecnológicos, a dilatação do progresso geral da sociedade e seu fortalecimento. Não é à toa que a obra de Smith associa o termo “riqueza” ao termo “progresso das nações”.

Neste primeiro movimento o raciocínio procura demonstrar que é das energias econômicas que se incrementam as energias progressistas dos indivíduos e da sociedade, mas por força da racionalidade econômica e não das intenções pessoais. Daqui surge um desdobramento importante – se o progresso social é derivado da ação providencial da ordem econômica, a esta não se deveria colocar freios ou obstáculos. O absentismo do liberalismo econômico clássico pressupõe uma visão ontológica do social: a economia funda uma consequente dimensão social e política, antecedendo-a, produzindo-a. À esta visão smithiana, precursora de uma concepção econômica da modernização social,

somou-se a complexidade dada por David Ricardo ao conectar a divisão do trabalho quase “endógeno” ao quadro internacional. O exemplo de Smith da fábrica de alfinetes – pautado na divisão produtiva entre homens, entre homens e máquinas, entre setores e entre produtores e consumidores (mas num mesmo mercado integrado) foi dilatada na teoria do Comércio Internacional. Esta estende as virtudes mágicas da divisão do trabalho ao plano das nações, criando um mercado mundializado capaz de hierarquizar e disciplinar as produções nacionais a partir da tese da vantagem original (abundância de fator e propensão produtiva).

Esta enorme entidade produtora de riqueza, progresso e mudança chamada Mercado é capaz de operar uma miríade de atores, processos, produtos e preços a partir de duas leis, uma inumana e outra demasiadamente humana: (i) a autorregulação da *mão-invisível* que funciona por intermédio da lei da Oferta e da Procura (indicativo do preço) e (ii) a propensão do estímulo egoísta dos homens que são capazes, em sua ação individualista, de atingir (sem o desejarem) o bem comum, o progresso geral.

Os dois argumentos serão importantes para explicar a fundamentação e legitimação da ideologia mercantil-exportadora. Para Ricardo, a divisão internacional do comércio é uma necessidade de aumento mundial da divisão do trabalho. Esse mercado mundial é a única saída para impedir que certos setores nacionais, livres da pressão de concorrência e capazes de garantir lucros extraordinários, possam alterar o princípio da Oferta e da Procura, criando monopólios ou uma perversão na distribuição da renda. A única segurança de que o Mercado, como um todo, não encontre obstáculos à sua tendência natural de crescimento é encontrar mecanismos que mantenham a concorrência, abrindo e integrando as economias nacionais ao resto do mundo. Essa integração é feita a partir da inserção especializada das várias economias nacionais na cadeia global segundo sua vocação.

Coerente com esta tese, países com abundância de terra e boas condições climáticas deveriam dirigir suas energias produtivas para o setor primário da economia – agricultura e extração de minérios. A alta especialização e as condições favoráveis a esta atividade beneficiariam a cadeia mundial da produção com ganhos para todos os lados envolvidos. As economias especializadas no setor primário produzem para mercados maiores que o local; e, sendo competitivas, se apropriam, via exportação, de um volume substancial de recursos que podem ter dois destinos: a) garantir a reposição do processo produtivo através do aumento da poupança e do investimento interno (reprodução ampliada), b) permitir a aquisição, agora via importação, dos outros bens que a alta especialização inibiu de serem produzidos localmente³. Em termos mundiais, esta era uma tese poderosa para justificar os laços comerciais com as Colônias e ao mesmo tempo estabelecer uma perspectiva de progresso mundializado no longo prazo sob uma consistente arquitetura assimétrica de posições econômicas.

No debate brasileiro do final do século XIX os argumentos da Escola Clássica fortaleceram a convicção de que a vocação de nosso sistema econômico era determinada pela atividade agrícola. Um primeiro aspecto que merece destaque é que a herança colonial

de nossa formação pode conciliar nessa chave aspectos tradicionais como o ruralismo e o patriarcalismo com uma um sentido/proximidade de “moderno” (ou consoante a um tipo de discurso moderno) e uma base material e política de sustentação, integrada ao complexo capitalista mundial. Também permitiu a simbiose entre processos e estruturas não modernas (como a escravidão, a dominação tradicionalista, a recusa do *ethos* do trabalho e a formação do individualismo burguês) com a incorporação à cadeia produtiva moderna. Esta dupla articulação – mecanismo de acumulação e mecanismo de explicação – serviu como ponte entre duas lógicas muito distintas, a exemplo do hibridismo descrito por Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil*. O segundo aspecto importante de ser frisado é que, adentrando ao problema da disputa vocação agrária *versus* vocação industrial, a ideia de “indústria artificial” derrotava os industriais emergentes no campo da própria argumentação econômica.

É preciso repetir um milhão de vezes: o Brasil é um país essencialmente agrícola. O que lhe importa fundamentalmente é explorar com a lavoura a pecuária e a mineração, os 8.500.000 km² que possuímos e dos quais oitenta ou noventa por cento ainda estão desaproveitados. É apenas ridículo sacrificar o interesse dessa exploração ao de meia dúzia de industriais do Rio e de São Paulo. [...] Os 300.000 operários que trabalham nas indústrias de estufa no Brasil poderiam, muito mais proveitosamente para o país, estar trabalhando nas lavouras, mais necessárias ao nosso desenvolvimento. À política da lavoura devem ficar subordinadas as diretrizes da nossa política aduaneira 07/06/1928. (Serve *apud* Fausto, 1994, p. 33)

Aceita a tese do Comércio Internacional a defesa da indústria ficava desautorizada, deslegitimada pelos pressupostos da teoria econômica. Este consenso que enfraquecia logicamente o projeto industrialista vingou praticamente sem máculas até a virada do século XX.

O pêndulo só começa a se inclinar em direção ao projeto industrial quando, brotando do tronco da expansão produtiva do café, dois fatos alteram estruturalmente a configuração econômica – a formação de um mercado consumidor interno e, na extensão deste, o aumento das atividades industriais. A formação de um mercado interno significativo nasce das próprias demandas da atividade cafeeira, via surgimento do trabalho livre assalariado, agora monetarizado e com necessidades de consumo. Um forte impulso industrial desdobra-se da necessidade de ofertar os bens necessários a esse consumo meio primário e pouco sofisticado. Por outro lado, características específicas da produção do café, como ensacamento e transporte rápido, também possibilitaram o surgimento de segmentos industriais mais complexos como a indústria têxtil, ferroviária, portuária, comercial etc. (Furtado, 1995; Cano 1985). Mas, mesmo nesse momento, os dois modelos econômicos

– café/indústria – embora complementares, operavam lógicas funcionais muito diversas e, no longo prazo, contraditórias. Também é curioso notar o paulatino processo de ruptura dessa aliança em quase meio século de duração, do momento de aceitação/submissão dos industriais até o enfrentamento hostil e o rompimento produzido na década de 30.

O que caracteriza a primeira fase de aceitação da supremacia dos interesses primários é a condição incipiente da indústria nacional e sua fraca consciência política de se compreender como portadora de um interesse próprio, capaz de disputar a direção do Estado e a hegemonia política e social. Pesam, aqui, o diminuto tamanho das atividades industriais no conjunto da economia, mas também a dependência dos recursos originados na dinâmica poderosa da econômica cafeeira. Neste momento, a cada lance de crescimento da economia mercantil-exportadora, a distribuição de seus recursos via pagamento de trabalhadores ou da aquisição de produtos intercapitalistas injetava dinâmica no restante da economia – em especial nos variados setores industriais, comerciais e urbanos. Não é à toa que durante mais de duas décadas a indústria e o comércio defenderam aguerridamente os mecanismos de proteção da economia do café.

A aliança começa a se esfalçar a partir da crise mundial dos preços do café. Desde a última década do século XIX o crescimento da oferta deste produto em escala mundial acarretava um desequilíbrio entre o nível de oferta e o nível da demanda, empurrando progressivamente os preços para baixo. O impacto dessa queda é imediato e dramático para o Brasil: a diminuição da renda do setor cafeeiro atingia extensivamente *todos os setores e atores* da economia, exatamente por ser o ponto de sustentação da dinâmica econômica do sistema. Essa situação de risco afeta diretamente as elites mercantil-exportadoras, e indiretamente os demais grupos economicamente organizados e os trabalhadores. A resposta do setor cafeeiro, hegemônico tanto econômica quanto politicamente, foi utilizar o Estado e seus recursos para elaboração das pioneiras políticas de regulação econômica de proteção aos preços do café (via estoques reguladores, empréstimos ou mecanismo cambiais etc.).

A facilidade inicial do estabelecimento dessas políticas derivava do domínio das oligarquias exportadoras sobre o aparato estatal. Mas na verdade esta política também foi defendida por outros setores na medida em se difundia um nível de consciência da interdependência das várias atividades e *da inédita condição sistêmica e nacional da economia*. Na verdade, este momento coloca como interesses coincidentes – não dependentes, mas também não divergentes – os dois setores sociais que digladiavam já há algum tempo na tarefa de definir os rumos da economia nacional – o setor exportador *versus* o setor industrial. A história do conflito entre eles começa nos debates sobre o protecionismo industrial no início do século e vão prosseguir versando sobre as responsabilidades da *débâcle* econômica e social que circundou a Revolução de 30 sob o epíteto de “questão social”.

A emergência da indústria e o primeiro choque das “vocações”

A relação de oposição entre o setor industrial e o setor mercantil exportador tem uma cronologia de pelo menos um século, recheada de combinações e sentidos políticos

e econômicos distintos. No período posterior ao traslado da Corte até o período de Mauá (1808/1870) a manufatura nacional viveu surtos de crescimento restritos, tanto em função da hegemonia primário-exportadora, quanto da pequenez do mercado interno em tempos de escravidão ou ainda diante da submissão dos interesses internos ao jugo da dominação econômica britânica. Este período oscila entre a frágil organização industrial em entidades representativas como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1820) e a Associação Industrial do Brasil (1880), o “despertar da indústria” ocorrido entre 1870/1889 (Luz, 1978). Na sequência surge o que Carone (1977) denominou de pioneiras “gerações de industrialistas”. A primeira geração de empresários-industriais⁴ incorporava ainda a concepção genérica de “classes produtoras”, expressando uma sintonia entre os interesses do segmento comercial e industrial, ambos claramente submetidos à defesa da dinâmica agrário-exportadora:

O fato de grupos industriais emergentes, nessa fase inicial, deixarem de assumir uma identidade própria, preferindo aliar-se em várias oportunidades à elite exportadora, pode também estar ligado àquela autonomia incompleta do capital industrial. É natural supor, por outro lado, que à medida que o desenvolvimento industrial avance, tal autonomia tenda a aumentar, criando condições para que os industriais passem a identificar interesses e objetivos comuns e agir coletivamente em função deles. (Versiani, 1978, p. 128)

Já a segunda geração passa a pensar a indústria de maneira independente, como portadora de outros interesses e necessitando de outros mecanismos de representação⁵. O marco que delimita esta segunda geração é a criação do CIESP, em 1928. Dava sustentação a este movimento de independência ideológica a expansão e aumento da importância da indústria no cenário nacional, a brecha aberta pela crise da economia cafeeira e sua fragilização em termo de hegemonia econômica e política, bem como o crescimento do sentimento de urgência na resolução dos sérios conflitos sociais que abalavam o país e que forjava a dimensão da questão nacional em novos termos.

Diríamos, utilizando a tese mannhheiana da mudança social, que o surgimento destes novos atores e interesses possibilitou um movimento de disputa pela síntese simbólica no campo ideológico. Anteriormente ao advento do segmento industrial (e todas as transformações sociais e econômicas por ele engendradas) o problema político, mesmo produzindo conflitos e contendas sérias, ficava adstrito ao ambiente mais abstrato das polêmicas sobre a modelagem e a arquitetura do Estado, a distribuição do poder entre os atores entronizados (nível de superestrutura), que variavam seu leque de opções entre concepções mais liberais ou conservadoras, desprendidas de um conflito material significativo. Afinal, o arranjo político clássico do século XIX subsumia-se aos imperativos da ordem senhorial mercantil-exportadora escravocrata. A unidade nacional beneficiou-se (e muito) desse consenso.

Porém, com a expansão da dinâmica da industrialização e seus desdobramentos, o confronto passa para outro nível, enraizado estruturalmente em outras configurações materiais de interesse, com expressões ideológicas que debatiam a lógica e a maneira como se organizava a vida social sob uma nova luz ou uma nova *ratio*.

Deste momento em diante a opção conservadora ou progressista passa a significar muito mais que o pendor pela fórmula polarizada saquaremas-luzias, monarquia ou república, centralismo-federalismo. A nova agenda do debate colocava em pauta o rompimento com a fórmula da herança colonial e o destroçamento de seus implementos, forçando a passagem para um outro desejo de sociabilidade caracterizada como Moderno, civilizador, *machínico* (como na expressão de Roberto Simonsen nos anos 30). O conflito entre setor agrário-exportador⁶ e o setor industrial correspondeu no Brasil do período a uma disputa entre Ideologia (grupo propenso a conservar os valores e *modus operandi* do *status quo* vigente) e Utopia (grupo fomentando a passagem para outro arranjo societal).

Mas a passagem de uma vocação à outra ocorreu no Brasil sem grandes movimentos de ruptura aberta (sem Revolução Burguesa enquanto *fato*), mas subterraneamente, pela apropriação e torção de sentido da mais importante estratégia de sobrevivência econômica do café em tempos de crise – as “políticas de valorização do café”. Através desse recurso creio que podemos compreender também como no Brasil se forjou rapidamente um novo consenso – da transformação do desenvolvimento em questão nacional – capaz de absorver as energias sociais e políticas do conjunto da sociedade em direção absolutamente contrária ao momento anterior movendo basicamente as peças no campo da argumentação.

Examinemos esta hipótese com maior vagar. O surgimento das políticas de proteção ao café, inauguradas no famoso Convênio de Taubaté, era expressão forte do controle que os interesses primário-exportadores detinham sobre a máquina estatal e o consenso social. No entanto, a base dessa legitimidade era dada por duas associações: a de que o uso da energia estatal seria justo em nome de um interesse maior da sociedade (era dada uma função política/econômica ao Estado) e que o setor agrícola era a via de sustentação desse interesse. A argumentação liberal tem peso claro nesse arranjo político – era a vocação agrária a vocação nacional. Ser liberal, especificamente no campo econômico, equivalia a defender o progresso. A continuidade da crise, no entanto, vai minar este argumento pelo impasse de superação do custo social e do mal-estar geral que se agravava a cada ano. O setor industrial aproveita-se dessa brecha aberta: se o progresso nacional, se a nação precisa de um suporte econômico forte, e se o café não demonstra essa capacidade, então não devemos apostar em outra atividade, capaz de autossustentação – como a indústria? E, se sim, como a divisão internacional do comércio aparecia como responsável pela assimetria econômica na periferia, dificultando não só a atividade agrícola, mas principalmente impedindo o surgimento de outras mais resistentes e promissoras como a atividade industrial, então seria preciso a) afastar-se da interpretação do liberalismo clássico (e recusar suas premissas), b) usar a energia social condensada no Estado na proteção da atividade industrial. *Ergo*: a ação dirigida do Estado no campo econômico apoiando-se na defesa da nação estava construída.

Entre uma configuração e a outra, a natureza da estratégia de política econômica é a mesma (intervenção, orientação em nome da nação), mas os significados giram e são invertidos. Ou seja, a fórmula pode conter a mesma *ratio*, mas o significado não⁷.

No caso da mudança ocorrida no Brasil, tomo o Convênio de Taubaté (1906) como *input* desse quadro de mutação pela expressão máxima de apropriação do Estado e de todas as energias sociais em defesa da economia cafeeira, joia da Coroa da natureza acomodatória do livre-mercado e da vocação agrária. Tomo, por outro lado, o Plano SALTE (1948) como *output* pela entronização no aparato de Estado do projeto de desenvolvimento via industrialização, portanto de adesão formal à vocação industrial, de nítida filiação intervencionista, regulacionista e keynesiana. O primeiro demonstra o ápice da força política da economia cafeeira; o segundo a sua definitiva substituição. Para demonstrar a hipótese levantada proponho analisar a base discursiva que angaria legitimidade política ao confronto liberalismo (vocação agrária) *versus* regulacionismo (vocação industrial) em seus vínculos com a o problema socioeconômico do período. Olhar mais atento a autoria intelectual dessa guinada, presente nas formulações produzidas por Roberto Simonsen entre 1928 e 1944.

Atirei no que vi, acertei no que não vi - ou os efeitos não intencionais da política de proteção ao café

Na fase inicial da tensão café-indústria, anteriormente apontada, destaca-se o caráter acusatório sobre as intenções ou virtudes do projeto industrial. Em termos do debate intelectual a atividade industrial era acusada de exógena, de transplante e estrangeirismo, modismo fora da realidade nacional ou vício argentário de homens de negócio refratários ao padrão cultural nacional – voltado para a terra, para a agricultura e base de nossa identidade histórica. A luta pelo projeto industrial enfrentou argumentos e adversários fortes, mas o mais influente era o que associava o baixo padrão de vida da população – especialmente a turbulenta fração urbana e operária – à sanha gananciosa dos industriais. Nos momentos de pedido de proteção ou de auxílio governamental ao investimento industrial (para solucionar crises ou expandir atividade) os setores ligados à vocação agrária se encrespavam e atacavam frontalmente o *mau uso* ou *mau destino* dos recursos públicos nos seguintes termos:

Os industriais de tecidos vão receber do Sr. Washington Luís o presente da majoração de tarifas aduaneiras. É o paliativo caríssimo de que falávamos ontem. A lavoura, porém, não recebe nada. Nem remédio, nem paliativo. Terá que agüentar firme, no toco, com broca, falta de braços, campanha baixista de torradores e empréstimos em ouro, até que a Providência venha um dia em seu auxílio [...] se [a indústria] é nova, reclama a tarifa a pretexto de defesa, se é velha implora aumentos nas taxas existentes sob o falaz argumento de que elas não correspondem às condições atuais, as primeiras são indústrias de mamadeira; as outras,

que já deviam estar desmamadas, pedem dupla ração de leite, porque o apetite decerto cresceu com a idade. (Fausto, 1994, p. 34)

Quanto ao papel decisivo que se pode atribuir à *questão social* na mudança política nas décadas de 1920/1930 pesam tanto as alterações reais da estrutura da sociedade brasileira quanto o pano de fundo do arranjo democrático da Primeira República (independentemente de suas limitações ou perversões). A questão urbana, os inéditos conflitos entre trabalhadores e patrões, a organização e o enfrentamento sindical, são mais inteligíveis em sua gravidade quando nos damos conta da proporção que estes assumem em uma sociedade que experimenta explicitamente o ideário republicano e a pequena, mas existente, premissa democrática. A estabilidade do aparato estatal e mesmo a sobrevivência das elites precisa encontrar apoio em um terreno que passa a cobrar publicamente, providências de regulação e minoração dos conflitos sociais. E muito embora, até a década de 1920, pareça prevalecer uma lógica mais afinada com o antigo complexo senhorial e de baixa responsividade, como a célebre e trágica afirmação de Washington Luís de que a “*questão social é caso de polícia*”, há um custo social e político enorme aí envolvido.

A carestia, fulcro do conflito, é responsabilidade de quem? Do Estado, que malversa fundos públicos na proteção dos interesses das elites do café? Das elites dos latifúndios do café, que aproveitam de sua condição privilegiada para se apropriar da transferência de renda da população e de outros setores produtivos por meio da “socialização de perdas”? Da indústria, que se beneficia do caos e espolia a população em seu próprio e egoístico proveito? No plano do debate político este tema pesa porque a sociedade brasileira do período convive no plano ideológico com uma retórica que passou a invocar, internamente, a condição nacional e, externamente, afina-se com o novo ideário do contratualismo republicano liberal. Não se tratava mais de uma sociedade política e juridicamente escravocrata. A passagem para o Estado nacional de formato moderno há havia ocorrido e, por extensão certos cânones lógicos (como a dos direitos e a finalidade pública do Estado) precisavam ganhar configuração e forma nesse debate.

A primeira resposta, vinda do alto, do lado daqueles que possuíam hegemonia e controle político direto, era dada pelo setor mercantil-exportador. E esta era clara: *proteger o café era proteger o país!* Sem a entrada de recursos via mercado exportador, a economia, nos seus vários segmentos, entraria em colapso e a crise atingiria todos os setores da vida nacional, derrocando a vida pública. Proteger os interesses econômicos do café corresponderia a resguardar os recursos do trabalho e da produção. Seria a maneira de garantir nossa soberania e nossa condição de Estado-nação.

Se olharmos com cuidado o fundo dessa formulação, o que as políticas de proteção ao café fizeram resultou na elaboração de um discurso em que as necessidades sociais, a vitalidade do Estado e a *condição da nação aparecem como dependentes da dimensão econômica*. E mais, ao precisarem das políticas públicas para a resolução dos nós górdios na estrita dimensão econômica, também tornaram a economia dependente do Estado. A percepção de mútua

articulação entre as dimensões econômica, social e política, sobrepõe-se, ainda, uma visão integradora de *sistema nacional* – muito próximo de um argumento orgânico. Mas o resultado final produz uma viragem na relação entre o mundo da economia e a sociedade – se antes separadas ou parcialmente integradas, nessa nova configuração estão em correlação direta e seu sentido de unidade é uma via de mão dupla cimentada pelo *telos* da *nação*.

Em grande medida o custo do “mau uso” do sistema opõe os dois atores capazes de pedir que a política de proteção seja invocada em sua direção – a indústria (emergente) e o setor cafeicultor (decadente). Mas o argumento precisa responder a seguinte questão: qual é o ganho social geral dessa escolha? O que me parece claro nesse momento é que estava sendo construído no Brasil o suporte mental da racionalidade econômica como substrato da vida social e política.

Duas pequenas rotações e uma grande inversão

O deslocamento semântico que em pouco mais de meio século (1906/1948) impôs o projeto de desenvolvimento industrialista como *a política de Estado*, identificando-o como *o projeto nacional*, foi produzido em grande parte pelos intelectuais que ressignificaram o campo do debate teórico no entorno das políticas de proteção ao café. E creio que a maior arena desse confronto se realizou, coerentemente, no *front* da Teoria Econômica. O tema da economia já invadia o conjunto da produção da *intelligentsia* do período pela associação com os temas da modernização, pela questão das mentalidades e pelo vínculo estreito entre o problema da soberania com a capacidade de autossustentação material da nação. Mundialmente, a associação entre força (soberania) política e autonomia econômica era consenso no “centro” do sistema mundial pelas desagradáveis consequências das crises de depressão e as possíveis radicalizações políticas à esquerda e à direita (comunismo, nazismo, fascismo). Na periferia pela emergência do Terceiro Mundo e pela descoberta de uma nova dinâmica econômica do “não desenvolvimento”.

No Brasil a discussão sobre a relação entre história e economia vinha ganhando peso desde as produções de Capistrano de Abreu, Cincinato Braga e Pandiá Calógeras, mas é no esforço condensado de Roberto Simonsen que se tornará tanto uma dimensão sistêmica (um foco estruturalista pioneiro) quanto um caráter ideológico de projeto nacional sustentado cientificamente. Outro aspecto interessante de se tomar a obra intelectual de Simonsen como exemplar dessa mudança de sentido no problema das duas vocações é que nela (na obra) encontramos espelhado o mesmo movimento – no campo das ideias – das tensões que agitavam a realidade social. O *aggiornamento* que ocorre ao longo de sua produção intelectual (1914/1948) demonstra um progressivo afastamento da crença inicial da defesa dos interesses do café enquanto interesses nacionais (sendo a indústria uma atividade lateral e complementar deste, crescendo por capilaridade das energias do setor exportador) até atingir seu oposto: a crítica feroz das políticas de proteção do café e a defesa intransigente da industrialização e da plataforma industrializante como único meio de consolidação da modernidade e da condição de nação soberana entre nós.

Simonsen propunha que, em vez da observação isolada, o problema do alto custo de vida fosse analisado no conjunto geral do sistema econômico nacional em duas direções combinadas: o esgotamento da energia progressista do café e a detecção real do foco de nossa debilidade – a economia e a economia da pobreza. Quanto ao primeiro aspecto, desde o discurso *Orientação Industrial* (redigido quando da fundação da CIESP em 1928), Simonsen passara a combater a crença cega nas virtudes do café e a defender a valorização da atividade industrial – única fonte real e confiável de desenvolvimento. Aproveitando o susto da grande crise mundial de 1929 e o próprio caldo de tensão da Revolução de 1930 no Brasil, Simonsen afirmaria que:

Agricultores há que sonham, como remédio, oferecer em holocausto ao café todas as demais classes produtoras no Brasil, que se transformaria, assim, num vasto cafezal. Supõem esses patricios que, em troca do aumento da nossa importação, que na sua cifra atual já não podemos pagar, o mundo adquirirá o excesso de nosso café... Fosse essa idéia exequível e teríamos apenas deslocado o problema no tempo, pois sem restrição da produção e com o afluxo de todos para a lavoura, haveria, em breve, outra superprodução e desta vez fatal, porque nada mais restaria ao Brasil para oferecer em troca de novos e hipotéticos mercados para o consumo da preciosa rubiácea. (Simonsen, 1930, p. 5)

As políticas protecionistas dispensadas à agricultura fragilizaram a base da argumentação da vocação rural, ou pelo menos macularam sua imunidade. A argumentação de Simonsen aproveita-se dessa brecha e, ao discutir o problema da baixa produtividade nacional, procura ampliar a vantagem colocando em discussão os limites do desenvolvimento das atividades primárias enquanto setor dominante da economia. Aproveitando-se dos argumentos da vocação agrária, subverte-a aplicando o que Hirschman chamou de “retórica da perversidade”: as políticas de proteção ao café são *legítimas* em função do alcance nacional que possuem como base de sustentação do complexo nacional; porém o resultado efetivo que alcançam caminha exatamente na direção contrária, impedindo, no longo prazo, que a única atividade real e possível como base do progresso econômico nacional – a indústria – se instale, e, portanto, são *ilegítimas*.

A riqueza agrícola sofre problemas estruturais sérios: o limite da demanda, a concorrência fácil de outras regiões coloniais⁸, uma tendência ao rebaixamento contínuo do preço em função do aumento da oferta (mais rápido que poderia crescer a demanda) e do barateamento do custo de produção nas regiões coloniais de piores índices de remuneração salarial. Assim, o mercado cafeeiro não poderia apresentar nem a dinâmica e nem a estabilidade capaz de sustentar o progresso de uma nação. Ao contrário, os riscos de crise constantes afetam a paz social. Simonsen radicaliza ainda mais afirmando que, esgotadas as forças da agricultura, a economia nacional estaria de tal forma comprometida que nada

permitiria reerguer a produção nacional (uma vez que o exclusivismo agrícola teria impedido o desenvolvimento da indústria e do comércio local). Neste momento a crise social seria inevitável, evoluindo para a condição de extrema revolta: “os agricultores apontados, então, como culpados da situação seriam castigados pelas massas populares que se apropriariam de suas terras; reedição da Rússia sob o céu do Cruzeiro do Sul” (Simonsen, 1930, p. 5).

Quanto ao segundo aspecto, Simonsen propõe outro ângulo para a compreensão dos elementos de nossa crise interna e uma perspectiva de solução. A questão social derivava tanto dos custos desmedidos das políticas de proteção ao café (que queimavam, em vão, os recursos e esperanças nacionais), quanto da baixa atividade geral do sistema econômico nacional. Os conflitos sociais e políticos originavam-se em outro campo, no terreno da *pobreza* brasileira – do campo, dos empreendimentos, da população. E a pobreza não era um problema criado pelos industriais, mas, ao contrário, espelhava o modelo econômico que, inclusive, opunha-se à industrialização. Aqui a argumentação simonseana produziu uma ruptura e um deslocamento teórico ao colocar a agricultura como incapaz – por sua estrutura interna (limites tecnológicos e perfil de produção) e de seus vínculos externos (fragilidade e dependência de preços externos) – de eliminar essa pobreza e, portanto, como indiretamente responsável pela carestia. A capacidade produtiva brasileira, herdeira do modelo mercantil-exportador, não poderia gerar uma equação na qual a riqueza (dividendo) fosse maior que o volume de consumidores (divisor), resultando no quociente do progresso e do bem-estar. Somente com a implantação de um parque industrial nacional seria possível dar conta de nosso atraso e responder aos graves problemas sociais em curso já que “nenhum outro factor, fora do desenvolvimento da indústria, poderá fornecer oportunidade maior para se conseguir uma rápida melhoria do padrão de vida no Brasil” (Simonsen, 1930, p. 42).

Uma vez aceito este pressuposto – de que o *Brasil é um país pobre habitado por uma população pobre* e que essa pobreza é insuficiência de ganho porque a economia não gera riqueza suficiente para que se eleve a massa de riqueza geral e sistêmica⁹ – o quadro mental e ideológico começa a mudar de figura. São itens dessa nova configuração: 1) a intersecção entre a dimensão econômica e a dimensão da vida social definindo uma nova função e responsabilidade para o Estado; 2) a percepção de sistema econômico integrado¹⁰; 3) a aceitação geral do uso de recursos públicos para proteção de atividades econômicas-chave com finalidade de garantia da estabilidade econômica e política nacional.

Simonsen, citando o economista alemão Georg List, percebe bem (e usa melhor ainda) o tema da interdependência entre o papel do Estado e a dimensão pública mais dilatada:

List, criando a economia nacional, mostrou como o Estado atua na conduta econômica dos indivíduos por intermédio de suas leis e de sua política externa, salientou a interdependência entre as atividades econômicas desses indivíduos e os fatos sociais, morais e políticos. O conceito de vida nacional teve uma influência decisiva no desenvolvimento da economia política. (Simonsen, 1933, p. 17)

Com as sucessivas crises na economia do café que se arrastam ao longo de três décadas desde a pactuação do Convênio e o corolário da crise política de 1930 (que cobra duramente o custo social dessas políticas e sua ineficiência) o problema passa a ser o de estimular uma nova atividade produtiva que permita a superação desse quadro. A escolha pelo modelo industrial pode ser explicada por vários motivos, desde o lugar privilegiado deste na arquitetura da economia mundial moderna (afinal a força e o poder das economias desenvolvidas estavam ancoradas ao movimento da I e II Revoluções Industriais), pelo seu surgimento não “desejado”, mas efetivo no Brasil, até sua lógica explicativa interna enquanto modelo capaz de reprodução ampliada e de virtudes dinâmicas e expansivas gerais.

Querer negar que a consolidação e o desenvolvimento do Parque Industrial brasileiro concorre para o aumento da riqueza, prestígio, poder e formação da nossa própria raça, é desconhecer os mais comezinhos princípios da política econômica e social. A grande indústria, por toda a parte do mundo em que se instala, traz como corolário o aumento dos salários, o barateamento relativo do produto, o enriquecimento social, e o aumento da capacidade do consumo. [...] O Parque Industrial brasileiro só pode, portanto concorrer para o enriquecimento do Brasil. (Simonsen, 1928, p. 12)

A imperiosa associação entre necessidade econômica e o problema nacional estava feita. E na leitura feita e esgrimida por Simonsen aqueles se opõem deste ponto em diante recebem, por sua vez, a pecha não de reacionários ou conservadores – afinal, como veremos a seguir, qual o valor de se conservar um estado de coisas incapaz de servir corretamente de solo para a construção da nação? –, mas de equivocados, insanos ou mal intencionados:

Assim, os brasileiros que combatem a implantação e disseminação das indústrias no país, fazem consciente ou inconscientemente obra a favor das nações estrangeiras, interessadas na conquista dos nossos mercados, trabalhando para que retrogrademos à posição de colônia dos produtores estrangeiros. (Simonsen, 1928, p. 10)

O elo semântico foi trocado: *progresso = indústria* e *atraso = café*. Falta examinar agora um último passo nessa mutação de significado – o afastamento do campo simbólico do liberalismo político efetuado pela tese do subcapitalismo.

O principal ponto demonstrado até aqui foi a injunção economia-política, colocando a questão nacional como resultado obtido em grande medida na resolução dos problemas econômicos. A hipótese inicial é que essa associação e essa função do Estado foram promovidas diante das estratégias – inteligentes – de garantia dos interesses mercantil-exportadores ligados ao café desde o início do século XX. Exatamente a força e a criatividade

desse segmento produziram um discurso que adiante é convertido em sua própria ruína – um efeito não intencional, não desejado e perverso. Neste segundo momento a produção ideológica ligada aos interesses industriais teve apenas que mudar as associações que até então a prejudicavam e a deslegitimavam no campo simbólico. O que é inédito, de lavra e importância própria da ideologia industrialista que então surge, são a argumentação e o resultado histórico que se produzem com o projeto que dirige a finalidade da ação do Estado no campo da economia e sua repercussão no campo político estrito senso.

A tese de Simonsen sobre a incapacidade produtiva do sistema econômico brasileiro como fonte dos males que afligem a nação é uma concepção pioneira de atraso como subcapitalismo. Seguindo as pegadas de List, que já havia identificado problema similar no caso da economia alemã quase um século antes, Simonsen reporta o atraso brasileiro não ao café, mas ao modelo primário-exportador. E como modelo – lógica de produção, circulação e acumulação – que está atrelado a um tipo específico de papel na divisão internacional do comércio. A pobreza não era *do Brasil* e de elementos endógenos à nossa cultura, habilidades, conhecimento ou instituições. A pobreza nos era legada como um fardo, uma exigência externa, tal qual entidade astuciosa que se apropriava de nossas riquezas e impedia, simultaneamente, o nosso progresso – o Mercado mundial.

Simonsen assume os pressupostos listianos de que o princípio das *vantagens comparativas* era uma farsa, capaz de manter a estabilidade e o crescimento das economias centrais às expensas do empobrecimento das nações menos aparelhadas economicamente. Ao longo dos trabalhos de Simonsen, desenvolvidos entre o final dos anos 30 e início dos anos 40, há uma radicalização e um aprofundamento dessa perspectiva. É em sua obra que encontramos termos pioneiros de todo o posterior debate cepalino e estruturalista na década de 1950: deterioração dos termos de troca, subcapitalismo como condição estrutural, crítica aos princípios da mão invisível e das vantagens comparativas, defesa do protecionismo e do planejamento, entronização da ação coordenadora do Estado¹¹.

Exatamente como uma visão “invertida”, a teoria do subcapitalismo (de ora em diante denominada subdesenvolvimento como foi mais tarde utilizada) vai associar o conjunto dos postulados do liberalismo econômico clássico à condição de consecução da lógica dos “vícios privados, malefícios públicos”. O que pesa aqui não é tanto a condenação direta da figura do empresário (afinal, Simonsen era um empresário), mas de dois outros pontos fundamentais da lógica liberal: o mercado autorregulado ao qual a ideia de *sistema* se opõe e a visão positiva da ampliação dessa autorregulação na divisão internacional do comércio.

No primeiro aspecto a aceitação simonsena da ideia de uma necessidade social, política ou econômica de cunho nacional elidiu a dimensão mais estritamente privada e individualista de ação econômica. Embora sejam as virtudes da divisão do trabalho e da produção as promotoras da riqueza social, esta não pode operar na periferia segundo as regras da racionalidade econômica privada e o farol orientador dos preços - Keynes (que Simonsen leu e citou em diversas passagens de seus trabalhos) diria que tal lógica não funciona sequer no centro. Mais importante ainda, a *economia nacional* opera como um

mercado singular cujo *telos* é a redistribuição e a capacitação geral das forças produtivas existentes na nação. A recepção da teoria de List é aí incontestável:

As causas da *riqueza* são algo totalmente diferente da *própria riqueza*. Uma pessoa pode possuir riqueza, isto é, valor intercambiável; se, porém, não possuir a força de produzir objetos de valor superior ao daquilo que consome, tornar-se-á mais pobre. Uma pessoa pode ser pobre; se, porém, ao possuir a força de produzir uma quantidade maior de artigos de valor que aquilo que consome, torna-se rica. *A força produtiva da riqueza é infinitamente mais importante que a própria riqueza* [itálico do autor]; pois esta força não somente assegura a posse e o aumento do que se ganhou, mas também a substituição daquilo que se perdeu. Isto é tão verdadeiro no caso de nações inteiras (que não podem viver simplesmente de rendas) do que no caso de indivíduos particulares. (List, 1986, p. 97)

A economia política simonseana não olhava a riqueza de setores ou de sua capacidade de apenas distribuir as benesses de um valor setorialmente produzido, mas a capacidade dilatadora da capacidade de produzir o próprio valor pelo complexo social. Essa era uma dura crítica aos limites de uma economia que se apoiasse *apenas* no setor primário por que:

Onde a atividade social das populações é mais concentrada em trabalhos primários, a riqueza é menor, o padrão de vida é inferior. Onde o progresso evoluiu, vulgarizando na população a utilização de todos os inventos, progressos e organizações criados pelo engenho humano, o padrão de vida médio se eleva e a riqueza da nação, que, em última análise, é a soma da riqueza de seus componentes, atinge elevado grau na escala dos valores. (Simonsen, 1943, p. 8)

Para reverter a herança econômica colonial e distanciar-se da posição subalterna e danosa da lógica natural da divisão internacional do comércio, no entanto, o apoio e suporte ao parque industrial nascente era uma necessidade. O custo social dessa proteção seria pago posteriormente quando da elevação geral do “produto”, fosse capaz de gerar um “quociente” mais elevado. Também seria resgatado pela elevação geral de todo o sistema produtivo e fortalecimento da sociedade, da nação e do próprio Estado.

De qualquer maneira, a consciência do atraso enquanto um problema econômico produzido pela dinâmica do capitalismo assimétrico e desigual forjou um arranjo ideológico que produziu um afastamento do liberalismo em suas duas modulações: econômico pela questão da perversa situação periférica e político pela necessária adoção de mecanismos protecionistas operados pelo Estado em nome da nação. O reconhecimento

da condição de “subcapitalismo” radicalizaria a suspeição sobre o funcionamento eficaz e a finalidade do liberalismo. Assim, o Brasil, como outros países pós-coloniais, haviam se submetido à orquestração da mesma lógica que gerava liberalismo industrial, urbano e de tendência democráticas nas metrópoles e escravidão, pobreza dualista, patrimonialismo e negação da cidadania nas colônias. Afinal, a contradição era evidente: como séculos de inserção econômica de viés liberal, no período colonial e também na etapa da Primeira República, como o primado do *laissez-faire* em um sistema produtivo altamente dinâmico e capaz de produção e exportação tão volumosas não foram capazes de produzir, na sua derivação natural, o progresso social do país?

Este é um ponto espinhoso no debate brasileiro – sem essa consciência do subdesenvolvimento teria sido possível sobrevalorizar a ação do Estado e reduzir, por extensão, o papel ativo da sociedade civil? Sem a submissão dos interesses sociais a síntese homogênea do *nacional* e sem a definição de alguns setores como protagonistas centrais dessa construção – como o setor industrial na guinada dos anos 40 – seria possível compreendermos como na formação do moderno a inclinação pró-Estado foi superior à inclinação pró-sociedade?

Um ponto de inflexão no debate político brasileiro

A apropriação da ação estatal enquanto meio de consecução de um projeto econômico com foro de questão nacional pelo segmento industrial implicou uma primeira mudança política substancial – a conversão do liberalismo de uma força progressista em aliada do atraso e sua defesa em um movimento para trás em direção aos interesses de conservação do estágio da herança colonial. No entanto, a nova base de legitimação discursiva estabeleceu a superação do subdesenvolvimento como o valor limitrofe para as correntes que defendessem o projeto do progresso, do fortalecimento da sociedade e a firmação da autonomia nacional. Delineia-se, assim, outra chave para caracterização de conservadorismo ou progressismo, abrindo todo um novo contexto político de alianças e rupturas, de aproximações e afastamentos no pensamento político nacional. Posterior à emergência da teoria do subdesenvolvimento e ao cenário concreto das mudanças sociais e econômicas experimentadas no país no entorno dos anos 50, todas as correntes do pensamento político tiveram que se ajustar ao problema da racionalização e planejamento do desenvolvimento e ao intrínseco caráter orgânico desse modelo. Gestou-se assim outra constelação de forças e outras modulações para os arranjos daquilo que desde o início deste trabalho temos denominamos como *pensamento político brasileiro*.

Nota: inclusão posterior das datas de recebimento e aprovação do artigo.
Recebido em 26/11/2010; aprovado em 20/12/2010.

Notas

¹. O termo orgânico é utilizado neste artigo como um conjunto de formulações surgidas nas primeiras décadas do século XX que recusava a representatividade partidário-eleitoral e a valorização dos interesses individuais do liberalismo como base da organização política nacional. Mais que simplesmente corporativismo (próximo da conotação europeia) ou autoritarismo, o pensamento organicista postulava uma interpretação social particular (classes produtoras, grupos sociais, bases municipais) e, por consequência, um outro princípio para a representação e outra função para a ação do Estado.

². Embora a mais sofisticada e complexa formulação sobre a teoria do subdesenvolvimento seja produto de um brasileiro, debruçando-se em profundidade sobre o cenário brasileiro – Celso Furtado, especialmente em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1971).

³. Nesta segunda “ida ao mercado mundial” (como compradores de outros bens) poderão escolher entre bens de melhor qualidade e menor preço de outros sistemas econômicos que, dotados de outras vocações, também se especializariam, reduzindo custos, preço etc. Na média, ganho generalizado e, como a especialização crescente leva ao desenvolvimento crescente do processo produtivo, haveria uma tendência a que todos os atores do sistema econômico evoluíssem em termos tecnológicos em sua própria especialidade, usufruindo, ao final, de bens e serviços de qualidade crescente e fortalecendo seus sistemas econômicos nacionais.

⁴. Segundo Carone, faziam parte deste primeiro grupo nomes como o de Serzedelo Corrêa, Amaro Cavalcanti, Vasco Cunha, Leite e Oiticica, Américo Werneck, e Vieira Souto.

⁵. Da qual serão expoentes significativos Horácio Lafer, Euvaldo Lodi e Roberto Cochrane Simonsen.

⁶. É interessante lembrar que a direção ideológica do setor primário-exportador exercia liderança e dava força a outras “formas” do rural, como os grupos agrários não voltados para produção em escala ou para o mercado externo, mas fortemente interessados na manutenção do patriarcalismo latifundista.

⁷. Hirschman procura captar na análise dos discursos a mudança que ocorre por uma rotação de sentido que produz a passagem de um estágio de significação a outro. Nos grandes momentos de ruptura, em que o visível é a diferença, muitas vezes a corrente de mutação é antiga – mas subterrânea – não percebida em seu próprio movimento oculto: “As mudanças ideológicas abruptas e sem grande escala podem ocorrer precisamente assim: formalmente elas requerem apenas uma pequena modificação nos padrões de pensamento conhecidos, mas a nova variante tem afinidade como crenças e proposições muito diferentes, e incrusta-se nelas para formar uma gestalt inteiramente diferente, de modo que, no fim, a íntima ligação entre o velho e o novo fica irreconhecível” (Hirschman, 1992, p. 21).

⁸. “O café sobre o qual tem repousado todo o progresso do país, já está em superprodução

[...]. É numa política industrial fundada em bases racionais adequadas as condições de nosso meio que teremos que ir buscar, principalmente, a produção de bens sociais” (Simonsen, 1931, p. 247).

⁹. Simonsen faria essa afirmação em 1934, durante os debates da Assembléia Nacional Constituinte.

¹⁰. Com as seguintes características: a) capacidade de distribuir dinâmica e os frutos do progresso social; b) concepção social mais dilatada e não de mero interesse setorial produtivo; c) congregação e expansão da utilização de fatores de produção diversos como trabalho, agricultura, serviços.

¹¹. Conceitos como deterioração dos termos de troca, incapacidade de formação de poupança enquanto restrições estruturais aparecem nos textos do início dos anos 40, embora tenham se tornado públicos com a publicação do Manifesto dos Periféricos (Cepal) em 1949.

Referências Bibliográficas

- BRANDÃO, G. M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. “Interpretações sobre o Brasil”. In Loureiro, M. R. (org.). **50 anos de história econômica no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. São Paulo: Global, 1985.
- CARONE, E. (seleção e notas) **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, 1973.
- _____. **O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)**. São Paulo: Difel, 1977.
- DINIZ, E. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FAUSTO, B. A **Revolução de 30**. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FONSECA, P. C. D. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1995.
- _____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 4ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971.
- HIRSCHMAN, A. O. **A retórica da intransigência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- LEME, M. S. **A ideologia dos industriais brasileiros – 1919/1945**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1978.
- LIST, G. F. **List**. (Coleção Os Economistas). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1986.
- LUZ, N. V. **A luta pela industrialização no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1960.
- MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. “O pensamento conservador”. In Martins, J. de S. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- OLIVEIRA, F. de. **Celso Furtado** (Col. Grandes Cientistas Sociais). São Paulo; Ed. Ática, 1983.
- PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- SANTOS, W. G. dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SIMONSEN, R. C. **Orientação industrial brasileira**. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus; CIESP, 1928.
- _____. **As crises no Brasil**. São Paulo: São Paulo Editora, 1930.
- _____. **As finanças e a indústria**. São Paulo: São Paulo Editora, 1931.
- _____. **Rumo à verdade**. São Paulo: São Paulo Editora, 1933.
- _____. **Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras**. São Paulo: São Paulo Editora, 1934.
- _____. **Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil no período de após-guerra – geografia e política industrial**. São Paulo: FIESP, 1943.
- VERSIANI, F. R. **A década de 20 na industrialização brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1987.